

ATA DA REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DO CONSELHO DE REPRESENTANTES - 21/03/2024

O Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa - CMI/SP, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela LEI MUNICIPAL Nº 17.452/2020, e com a disposição do seu REGIMENTO INTERNO, transcreve abaixo a reunião do **Conselho de Representantes** com a presença de seu presidente, **Nadir Francisco do Amaral**, do vice-presidente, **Renato Cintra**, e dos demais conselheiros do CMI.

Ata nº 10 – Ano de 2024

Na quinta-feira, dia **21 de março de 2024**, das **09h30 às 12h00**, foi realizada reunião extraordinária do **Conselho de Representantes**, em formato híbrido, com quórum suficiente, no auditório da sede da Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC), instalada à Rua Líbero Badaró, 119, no Centro da cidade.

PAUTA

- I. Saudações da Presidência;
- II. Efetivação da escolha dos integrantes das Comissões Permanentes do CMI.

I. Abertura: Saudações da Presidência

O presidente do Conselho Municipal de Direitos da Pessoa Idosa (CMI/SP), **Nadir Francisco do Amaral**, desejou um bom dia e agradeceu a participação de todos(as). Lembrou que já tinha declarado os nomes dos indicados para a Secretaria Geral e Secretaria de Acompanhamento das Comissões, **Diógenes Martins** e **Norma Rangel**, deixando para o vice-presidente, **Renato Cintra**, as outras indicações e explicações para o caminho que tomará. Disse que o CMI terá 4 (quatro) Comissões e na posição de Presidente, pretende agilizar os encaminhamentos. Informou que o Regimento Interno está em fase de aprovação, com a **Bárbara Mariano**, do Departamento de Participação Social, além da Assessoria Jurídica da SMDHC. Comentou que São Paulo está de pernas para o ar, principalmente na área da Saúde, com dengue, Covid, e todos precisam trabalhar para agilizar os processos do CMI. Agradeceu pela inscrição recorde nas Comissões e pelo interesse dos Conselheiros em participar. Desejou que todos consigam acompanhá-las e que possam alcançar as suas metas. Passou a palavra para o Conselheiro **Ariovaldo Guello**.

II. Efetivação da escolha dos integrantes das Comissões Permanentes do CMI.

Ariovaldo Guello (Fórum de Pinheiros – Categoria A) comentou que houve mais pessoas inscritas nas Comissões do que vagas disponíveis e antes de defini-las, o ideal é entender o que são e como serão os trabalhos das Comissões. Assim, passou à leitura dos artigos

33, 34, 35 e 36 do novo Regimento Interno (ainda em validação), que trazem as atribuições de cada Comissão do CMI, sendo elas: **1.** Comissão Permanente de Legislação e Políticas Públicas; **2.** Comissão Permanente de Finanças e Orçamento; **3.** Comissão Permanente de Participação Social; **4.** Comissão Permanente de Registros e Ouvidoria.

Terminada a leitura, **Ariovaldo Guello** indicou aos presentes a quantidade de inscritos por Comissão, tanto da sociedade civil, como de representantes de governo, explicando que a composição das Comissões Permanentes deverá ser paritária entre poder público e sociedade civil, definida por adesão voluntária de titulares e/ou suplentes, após a aprovação pelos membros do CMI em sessão plenária, e cada Comissão deverá contar com o número de quatro, seis ou oito integrantes, conforme preconiza o artigo 27 do novo Regimento Interno.

Renato Cintra (SMDHC) pediu a palavra, reforçou a leitura do **Ariovaldo** sobre as atribuições das Comissões, lembrando que isto está disposto nas legislações que regem o Conselho, reiterando que as temáticas constam do novo Regimento Interno do CMI, que está em processo de validação junto à SMDHC. Então, considerando essas atribuições, os conselheiros terão que fazer estudos, levantamentos, atas, pareceres, para depois deliberarem em cima das decisões da Comissão. Como estão passando por um processo de grande mudança, não dá para comparar essa nova formatação com o modelo do Conselho anterior. O Conselho anterior não tinha número limite de participação nas Comissões. Neste Conselho, a Comissão de elaboração do RI sugeriu a participação nas Comissões de forma mais reduzida, para promover um esforço concentrado. E para os conselheiros que se inscreveram em mais de uma Comissão, tentar pensar como é que podem se ajustar para que cada uma tenha o máximo de 4 pessoas da sociedade civil e 4 do governo e consiga ser forte, exercer e realizar os seus objetivos.

Damaris Roberto (Fórum da Vila Maria – Categoria A) destacou a participação nas inscrições para as Comissões. Disse que cada conselheiro podendo se inscrever em até 3 (três) Comissões, dá a possibilidade de defender coisas que poderão acontecer ou não. A surpresa boa foi o número de pessoas interessadas em participar. Em decorrência disso, disse que iria retirar sua candidatura de duas Comissões e ficaria apenas com a Comissão de Participação Social.

Diógenes Martins (SINDNAPI – Categoria C) perguntou quem mais poderia seguir o mesmo caminho que a Damaris.

Damaris Roberto informou que já tinha tomado essa decisão antes desta reunião, havia conversado com alguns conselheiros antes, mas achou mais produtivo chegar e falar aqui.

Ruth Altamirano (Fórum Pirituba/Jaraguá/Perus – Categoria A) desejou um bom dia a todos (as). Contou que se inscreveu na 1ª, 3ª e na 4ª Comissão. Disse que os Conselheiros precisam levantar as mãos e lutar, porque a Saúde está ruim, tudo está ruim. Foi a um posto de Saúde e ficou 4 horas esperando atendimento. Chamou os Conselheiros para trabalharem juntos, fazendo jus aos seus votos. Afirmou que devem apoiar o Presidente.

Dona Socorrinho (Nosso Sonho – Categoria B) desejou uma boa tarde a todos. Comentou que fica muito feliz quando vem ao Conselho, Na Saúde, representa a sua região. As famílias que atende chegam a quase 4 mil pessoas, e não está fácil. Contou que seu filho, Cláudio, ficou doente, acamado. Não tem nenhum representante em nada. Vem ao CMI para saber como é que estão as coisas. Disse que em Itaquera ninguém os enxerga. Só na Saúde algumas pessoas ajudam. Vem ao Conselho porque é sua obrigação. Argumentou que o Paulo a acompanha, porque não dá para sair sozinha. Afirmou que tem muita tragédia acontecendo com o idoso, que sofre acidente, é humilhado. Repetiu que os periféricos não são vistos e que está sozinha.

Ricardo Mucci (Trabalho 60+ – Categoria C) lembrou da importância da Comunicação, disse que pode dar sua contribuição nesse sentido, e disse que ficaria apenas na Comissão de Participação Social, a Comissão 3.

Thereza Marchesini (Fórum Butantã – Categoria A) afirmou que dependeria do calendário das reuniões para saber se conseguiria participar.

A Equipe Administrativa do CMI informou a todos que as reuniões das Comissões do CMI sempre acontecem na última quarta e última quinta-feira de cada mês, sendo as Comissões 1 e 3 na última quarta e quinta, das 10h às 12h, respectivamente, e as Comissões 2 e 4, na última quarta e quinta-feira, das 14h às 16h, respectivamente.

Renato Cintra (SMDHC) pontuou que na Comissão 1, por exemplo, tem vários representantes de governo da mesma pasta na mesma Comissão. Ponderou se não seria o caso de ficar apenas um representante de cada pasta por Comissão. Pediu aos representantes de governo que se manifestassem para que conseguissem adaptar o número de inscritos.

Cláudio Aguiar (SMC) afirmou que estava um pouco preocupado com duas Comissões, a de Finanças e Orçamento, e a de Registros e Ouvidoria. No que tange à Comissão de Finanças e Orçamento, uma questão importante é a fiscalização, porque os integrantes terão de monitorar e avaliar as aplicações do FMID, monitorar e fiscalizar os programas, verificar “in loco” o andamento das atividades financiadas pelo Fundo, além das atribuições da Comissão de Registros e Ouvidoria. Pontuou que isso é uma quantidade de trabalho enorme. Afirmou que não tem muita familiaridade com os projetos aprovados pelo FMID, mas quando falam em verificar “in loco”, estão falando de visitas técnicas. Na SMC, quando fazem visitas, a Secretaria disponibiliza um automóvel. No caso do CMI, perguntou se os idosos contariam com um automóvel ou se teriam que se descolar pela cidade com recursos próprios. Pontuou que é preciso avaliar como a Comissão vai atuar e reiterou que é um volume muito grande de trabalho.

Ariovaldo Guello (Fórum de Pinheiros – Categoria A) afirmou que o Conselho tem uma pessoa que já faz esses registros. E esta Comissão teria que analisar o que está sendo feito para ver se está adequado ou adequar essa legislação que está dada.

Cláudio Aguiar (SMC) pontuou que ainda tem as visitas técnicas.

Ariovaldo Guello (Fórum de Pinheiros – Categoria A) disse que visitas técnicas não. A Comissão terá que verificar se a instituição está dando as informações adequadas. É muito semelhante ao que é feito no COMAS. É burocrático, um processo de exame de papel.

Nadir Francisco do Amaral fez um parêntesis, dizendo que os Conselheiros não têm poder de polícia. Acrescentou uma observação, reiterando que é importante que todos entendam o que é e como deve ser feita essa fiscalização.

Cláudio Aguiar (SMC) disse que essa é a sua preocupação, uma vez que, para cada visita técnica, em regra geral, são pelo menos três servidores, e a visita costuma ocupar pelo menos o período da manhã ou da tarde, precisa ajustar a agenda de todo mundo. No caso da SMC, está todo mundo no mesmo edifício. No caso do CMI, esses membros vão estar espalhados pela cidade. Perguntou como conseguirão viabilizar essas visitas. Afirmou temer que uma Comissão com apenas 8 pessoas não dê conta de todo o trabalho.

Cida Costa (Fórum Centro – Categoria A) pontuou que, de acordo com o Estatuto da Pessoa Idosa, é papel do Conselho fazer a fiscalização. Perguntou, novamente, o quê exatamente o CMI irá fiscalizar. Afirmou que cabe à Vigilância Sanitária fiscalizar aquilo que compete a ela. Cabe ao COMAS fiscalizar o que compete a ele. O Estatuto da Pessoa Idosa não diz o que o CMI deve fiscalizar. Disse entender que devem fiscalizar vínculos familiares, porque no processo de Registos, as OSCs apresentam um plano de atividades. Então, se ela indicar que faz um tipo de atividade numa terça-feira, por exemplo, seria interessante a Comissão fiscalizadora fazer uma visita no dia e horário indicados. Comentou que, na Saúde, na sua época, para fazer fiscalização, era preciso fazer um curso de 2 (dois) anos para poder fiscalizar ao que cabe à Vigilância Sanitária. Comentou que o pessoal da Administração está fazendo um tipo de fiscalização, porque não pode parar, por conta do Ministério Público. Mas não cabe à Administração fazer isso, é uma contribuição deles para o Conselho, uma ótima contribuição, em parte pelo Wagner, que trabalha muito bem com isso.

Renato Cintra (SMDHC) agradeceu e concordou com a **Cida**. Disse que a visita é o Conselho que deveria fazer. Ela era realizada, mas depois, quando veio a pandemia, passaram a fazer apenas o Registro, não mais em papel, e que é feito pelo Wagner. Não há mais uma fiscalização “in loco”. O que foi tratado pela Comissão do Regimento é que na primeira reunião da Comissão de Registos, o primeiro assunto a ser tratado é isso. Essa Comissão é importante por isso, para rever os Registos. Com relação ao carro, disse entender que os Conselheiros teriam que vir para a SMDHC para sair para a visita.

Diógenes Martins (SINDNAPI – Categoria C) informou que a **Norma Rangel** estava ratificando que sairá de todas as Comissões que havia se inscrito, justamente porque estará com um papel na Secretaria Executiva, justamente no acompanhamento de todas as Comissões. No caso da **Thereza Marchesini** (Fórum Butantã – Categoria A) ela escolhe sair da Comissão 1 e ficar na Comissão Permanente de Participação Social. A **Sufia**

Gonçalves (Fórum de São Mateus – Categoria A) permanece na Comissão de Legislação e Políticas Públicas e sai da Participação Social.

Nadir Francisco do Amaral pontuou que seria interessante, depois que as Comissões estiverem formadas, que elas façam algo como um Resolução para que todos saibam como é o andamento dessas Comissões. Como a **Cida Costa** sempre pontua, os Conselheiros não são técnicos, mas o olhar deles, como pessoa idosa, é muito importante. Tem que deixar claro como é que vão ser os procedimentos dentro dessas Comissões.

Cida Costa (Fórum Centro – Categoria A) afirmou que estava inscrita na Participação Social, mas iria tentar concorrer, então, a uma vaga na Comissão de Registros.

Dona Socorrinho (Nosso Sonho – Categoria B) afirmou que todos falam mais como uma parte técnica, mas existe uma parte sensível que é humana. Falou ao **Renato** que sabe que trabalham bem, mas que ninguém tem olhar para a periferia.

Nadir Francisco do Amaral comentou que esse olhar dos Conselheiros é que é importante.

Cláudio Aguiar (SMC) disse que estava inscrito na Comissão 1, de Políticas Públicas, mas considerando as atribuições da Comissão 3, sendo uma delas o resgate da memória do CMI, então, mudará para a Comissão 3.

Renato Cintra (SMDHC) informou que a sua suplente, **Suzana De Rosa**, também passaria a integrar a Comissão 3, de Participação Social.

Rita de Cássia (SMADS) perguntou se o seu suplente seria suplente também para a Comissão ou se os suplentes poderiam participar das Comissões, inclusive de outras.

Renato Cintra (SMDHC) explicou que não estão trabalhando com a necessidade de suplentes nas Comissões.

Rita de Cássia (SMADS) informou que o seu suplente, **Refferson Silva**, demonstrou interesse em participar da Comissão junto à Saúde, mas, sendo seu suplente, teria que ficar na mesma Comissão que ela se inscreveu. Perguntou se era isso mesmo, se o suplente teria que ficar na mesma Comissão do titular ou se ele poderia entrar em outras.

Renato Cintra (SMDHC) explicou que não tem suplente nas Comissões e eles podem entrar em Comissões diferentes. É uma decisão dos Conselheiros.

Rita de Cássia (SMADS) pontuou que é complicado, porque se ela estiver de férias ou de licença médica, é o suplente que a substitui. Para o governo, o suplente é uma pessoa que assume a responsabilidade do titular. Questionou se não teria problema se ela faltasse na Comissão X em que ela está inscrita, considerando que o seu suplente já estaria participando de outra Comissão. Afirmou que isso não estava fazendo muito sentido. Perguntou também se as Comissões estavam com todas as secretarias agregadas.

Diógenes Martins (SINDNAPI – Categoria C) respondeu que sim, está tudo agregado. Com relação à participação, não há necessidade de suplência. Afirmou que o suplente também pode participar. Com relação à presença, se faltar, tem que ser justificado.

Renato Cintra (SMDHC) ponderou que, na gestão anterior, as Comissões eram temáticas, então discutiam Assistência Social, Saúde e etc. Agora, o Conselho concentrou. Então, as questões de Assistência Social serão discutidas nesta Comissão 1. Não que nas outras não possam ser discutidas, mas a Comissão 1 discutirá mais esses assuntos. No caso da SMADS, estão **Rita de Cássia** e **Refferson Silva** na mesma Comissão 1. Sugeriu que a **Rita** poderia ficar na Comissão 1, e o **Refferson**, na Comissão 2, de Finanças e Orçamento.

Rita de Cássia (SMADS) discordou dizendo que é muito assunto para discutir em apenas uma Comissão, mas aceitou a sugestão.

Renato Cintra (SMDHC) esclareceu que foi um formato de Comissão aprovado por todo o colegiado. Perguntou se poderiam tirar o nome do **Refferson** da Comissão 1.

Rita de Cássia (SMADS) comentou que permaneceria na Comissão 1, mas não sabia se tirava o nome do **Refferson**. Ponderou que poderiam deixar o **Refferson** na Comissão 1, uma vez que ela já participa do Conselho de Orientação e Administração Técnica do Fundo Municipal do Idoso (FMID).

Renato Cintra (SMDHC), assim como **Diógenes Martins** (SINDNAPI – Categoria C), indicam que a participação de **Rita de Cássia**, que há muitos anos acompanha o CMI, seria de grande valia em alguma Comissão e que, como esta não é uma reunião deliberativa, ela poderia pensar e responder posteriormente se permaneceria em alguma Comissão.

Partiram, então, para a composição da Comissão 2, de Finanças e Orçamento. **Niltes Lopes** disse que abriria mão da sua inscrição. **Ariovaldo Guello** (Fórum de Pinheiros – Categoria A) comentou que, assim como na Comissão 1, tinham conselheiros titulares e suplentes, da mesma chapa, inscritos nesta mesma Comissão.

Norma Neres (Fórum Pirituba/Jaraguá/Perus – Categoria A) afirmou que preferia ficar na Comissão 3, de Participação Social, ao invés de permanecer na Comissão 2.

Seguiram para a composição da Comissão 3, de Participação Social. **Cida Costa** (Fórum Centro – Categoria A) e **Dione Silva** (Fórum M'Boi Mirim – Categoria A) afirmaram que poderiam tirar os seus nomes da Comissão. A Comissão 3 permaneceu, ainda, com 6 (seis) nomes da sociedade civil. Decidiram seguir para a composição da Comissão 4, de Registros e Ouvidoria, que estava desenhada com os nomes de 5 (cinco) conselheiros da sociedade civil.

Renato Cintra (SMDHC) comentou com **Ruth Altamirano** que ela estava inscrita em três Comissões e perguntou se, para que outros conselheiros também pudessem participar,

ela poderia abrir mão de pelo menos uma. **Diógenes Martins** reiterou a pergunta feita por **Renato Cintra**.

Ruth Altamirano (Fórum Pirituba/Jaraguá/Perus – Categoria A) afirmou que poderiam tirar o seu nome da Comissão 4, de Participação Social, e caso precisassem de sua participação, estaria à disposição do Conselho.

Renato Cintra (SMDHC) pontuou que as Comissões agora estavam compostas pela sociedade civil e depois teriam que arrumar as inscrições dos representantes de governo seguindo o preceito da paridade.

Carlos Eduardo Vasconcellos (SMVMA) disse que poderia sair da Comissão 1, que estava com 8 (oito) representantes de governo inscritos e ficaria à disposição.

Renato Cintra (SMDHC) voltou para a definição da Comissão 3, de Participação Social, que ainda estava com 6 (seis) nomes.

Ricardo Mucci (Trabalho 60+ – Categoria C) afirmou que poderia abrir mão para que outras pessoas pudessem participar, mas **Ariovaldo Guello** insistiu que ele teria muita contribuição a dar no quesito de divulgação, importante para esta Comissão.

Houve algumas pontuações sobre a importância da participação de todos e sobre a questão da paridade entre governo e sociedade civil, considerando, ainda, que alguns Conselheiros estão inscritos em mais de uma Comissão.

Damaris Roberto (Fórum da Vila Maria – Categoria A) declarou que é um bom critério ver quem está em mais de uma Comissão para que outros possam participar, mas ponderou que é importante respeitar o posicionamento das pessoas. Disse que **Ricardo Mucci** falou em alto e bom som que abriria mão de sua inscrição. Questionou quem foi que disse que, se ele não estiver entre os 4 (quatro) titulares, ele não vai poder participar e entregar para a Comissão toda a competência e habilidade dele.

Niltes Lopes (Fórum Centro – Categoria A) pontuou que é a mesma situação com a **Rita de Cássia**, que afirmou que abriria mão, mas os Conselheiros disseram que ela teria tempo para pensar e que seria interessante continuar na Comissão 1.

Assim, **Ricardo Mucci** e **Thereza Marchesini** abriram mão de suas inscrições nas Comissões. **Renato Cintra**, então, disse que mandaria um e-mail para os representantes de governo para definirem suas inscrições e na próxima reunião do pleno já teriam as Comissões completas para poderem deliberar.

Cida Costa (Fórum Centro – Categoria A) perguntou se saiu o parecer da Assessoria Jurídica sobre o novo Regimento Interno do CMI e **Diógenes Martins** explicou que estão aguardando, mas como as Comissões serão paritárias, já fica essa organização da sociedade civil para as Comissões, assim como ele e **Norma Rangel** já estão indicados

para a Secretaria Geral e Secretaria de Acompanhamento das Comissões e Fóruns, respectivamente.

Nadir Amaral contou que explicou em Assembleia Geral que faria a indicação dos dois nomes da sociedade civil para duas Secretarias de área social do CMI, mas isso estaria vinculado à posterior publicação do novo Regimento Interno do Conselho. Consta em ata. E essas indicações são prerrogativas do presidente, aprovadas em Regimento pelo colegiado. Informou que o Regimento está em análise no Departamento de Participação Social (DPS) da SMDHC, e que conversou com a **Bárbara Mariano**, do DPS, para agilizar o Regimento, porque dentro da Secretaria tem trâmites a serem seguidos. Se tivessem uma Secretaria, seria um outro problema, porque o CMI teria uma vida própria, mais liberdade. Disse que precisam prestar atenção para não serem manipulados. Já estão em quase 6 (seis) meses do mandato e é preciso agilizar os processos, por isso está acelerando as coisas.

Renato Cintra (SMDHC) pontuou que às vezes as pessoas falam que já se passaram quase 6 (seis) meses e não está acontecendo nada no Conselho. Comentou que discorda totalmente disso, porque o Conselho passou por toda uma mudança de legislação e fazer um outro Regimento, um novo Conselho a partir de uma nova legislação não é pouca coisa. Então, não é que o CMI ficou esse tempo de braços cruzados, ele está construindo o novo Conselho, bem diferente do anterior. Construir essa nova base leva tempo. A Comissão do Regimento Interno fez 18 reuniões, com cerca de 28 horas de discussões, para poder apresentar um novo documento. Todos querem participar e deliberar, mas isso que foi feito até agora é muito importante, porque é isso que vai dar as bases para o Conselho poder avançar mais do que vem avançando.

Diógenes Martins (SINDNAPI – Categoria C) disse que está escrito no novo Regimento que a Secretaria Executiva é prerrogativa do Presidente. Ele forma a Executiva e apresenta para o colegiado. Para dar esse encaminhamento, o Presidente já fez suas indicações e está aguardando. A parte do governo, o Vice-Presidente vai indicar quais serão os outros (2) dois nomes que farão parte dessa Executiva, esclarecendo que ainda faltam as indicações para a Secretaria de Registros e Secretaria de Ouvidoria. Mesmo que o Regimento ainda não esteja aprovado, já estão agilizando e fazendo as indicações.

Cida Costa (Fórum Centro – Categoria A) disse acreditar que os nomes foram indicados sim e que não viu a ata. Sugeriu, então, que todas as atas fossem lidas antes do início de cada reunião para validação de todos (as), porque essa é uma ata importantíssima.

Damaris Roberto (Fórum da Vila Maria – Categoria A) reiterou a fala da **Cida** e disse que a ata poderia ser enviada anteriormente para anotações, porque assim a ata poderia ser aprovada com ressalvas.

Ariovaldo Guello (Fórum de Pinheiros – Categoria A) disse que não tinha problema nenhum a **Cida** não ter lido a ata, até porque essas indicações foram informais e cabe submeter os nomes para validação do colegiado, que só vai ser feita depois que o novo

Regimento Interno for aprovado.

Cida Costa (Fórum Centro – Categoria A) questionou o que o CMI irá fiscalizar. Perguntou se este seu questionamento foi colocado em ata, conforme ela havia solicitado.

Diógenes Martins (SINDNAPI – Categoria C) comentou que na primeira reunião da Comissão de Registros deverá ser incorporada essa questão. Repetiu que a **Cida** estava pedindo que constasse em ata este ponto sobre a fiscalização.

Cida Costa (Fórum Centro – Categoria A) reiterou que precisa constar que o Conselho deve fiscalizar vínculos familiares, foi aprovado pelo plenário, mas não consta por escrito no Regimento Interno e isso é muito sério.

Diógenes Martins (SINDNAPI – Categoria C) pediu uma salva de palmas para o novo Regimento Interno.

Os Conselheiros do CMI, representantes da sociedade civil, ficaram divididos nas 4 (quatro) Comissões de acordo com a seguinte formatação:

COMISSÕES	Sociedade Civil	Governo
1. Comissão Permanente de Legislação e Políticas Públicas	1. Maria do Socorro (Titular) 2. Ruth Altamirano Lavandenz (Titular) 3. Damaris Germana Roberto (Titular) 4. Niites Aparecida Lopes (Titular) 5. Norma S.A.A.C.Rangel (Titular) 6. Thereza Monteiro Marchesini (Titular) 7. Dione Silva de morais (Titular) 8. Sueli Dos Santos (Suplente)	1. Maria Luiza (Suplente SEME) 2. Refferson Lima (Suplente SMADS) 3. Cláudio Aguiar A. (Titular SMC) 4. Rosa Maria B. Marcucci (Titular SMS) 5. Carlos Eduardo (Titular SVMA) 6. Dineia Mendes (Titular SEME) 7. Patricia Spedaletti (Titular SEHAB) 8. Mariana Cristina Lima (Suplente SME) 9. Rita de Cassia (Titular SMADS)
2. Comissão Permanente de Finanças e Orçamento	1. Ricardo Mucci (Suplente) 2. Maria do Socorro (Titular) 3. Ruth Altamirano Lavandenz (Titular) 4. Damaris Germana Roberto (Titular) 5. Ariovaldo Guello (Titular) 6. Niites Aparecida Lopes (Titular) 7. Norma S.A.A.C.Rangel (Titular) 8. Norma Oliveira Neres (Suplente) 9. Margarete Campos Siqueira (Titular) 10. Antônio Brito Cardoso (Titular)	1. Refferson Lima (Suplente SMADS) 2. Maria Aparecida (Suplente SMS) 3. Adriano Porto Garcia (Titular SMSUB) 4. Alexandre Magno (Titular SF) 5. Rita de Cassia (Titular SMADS)
3. Comissão Permanente de Participação Social	1. Maria do Socorro (Titular) 2. Damaris Germana Roberto (Titular) 3. Norma Oliveira Neres (Suplente) 4. Sufia Gonçalves Duarte (Titular) 5. Niites Aparecida Lopes de Souza (Titular) 6. Norma S.A.A.C.Rangel (Titular) 7. Maria Aparecida R. Costa (Suplente) 8. Dione Silva de morais (Titular) 9. Ricardo Mucci (Suplente) 10. Thereza Monteiro Marchesini (Titular)	1 Cláudio Aguiar (Titular SMC) 2 Suzana (suplente SMDHC)
4. Comissão Permanente de Registros e Ouvidoria	1. Ruth Altamirano Lavandenz (Titular) 2. Ariovaldo Guello (Titular) 3. Maria Ines Santana (Suplente) 4. Maria Aparecida R. Costa (Suplente) 5. Dione Silva de morais (Titular)	1. Irlas Maria Bezerra (Titular SMDET) 2. Carlos Eduardo (Titular SVMA) 3. Luciano Santos Araujo (Titular SMSUB)
Total = 30 RESPOSTAS	Total de pessoas = 16	Total de pessoas= 14

Mariana Moi (SME) pediu uma fala e apresentou a todos (as) o portal dos Centros Educacionais Unificados (CEUs) - <https://ceu.sme.prefeitura.sp.gov.br/> -, com o mapeamento das atividades oferecidas, inclusive as que são focadas na população idosa da cidade. Disse que a ideia, mais futuramente, é ter também um aplicativo que traga essas informações do portal.

Nadir Amaral pontuou que espera do DPS aprovação para tudo o que fizeram, porque senão tudo que o CMI fez até agora não terá validade. Pediu que façam votos para que as coisas se realizem, porque senão quem sai prejudicado são os Conselheiros. Que esse Regimento seja aprovado, senão terão que refazer tudo.

Damaris Roberto (Fórum da Vila Maria – Categoria A) quis ressaltar os resultados das reuniões do Conselho paritário, uma vez que conseguiram solucionar duas questões por meio do colegiado, mediante atuação conjunta entre representantes do Fórum Vila Maria/ Vila Medeiros, do CMI e do Conselheiros da Secretaria de Cultura (SMC). Só isso dá para ter uma dimensão dos resultados dessa atuação. É preciso juntar essas pontas e continuar fazendo as coisas acontecerem. Com o Conselho sendo paritário, os territórios serão muito mais atendidos. Disse que decidiram fazer uma parceria com a SMADS e informou que as reuniões do Fórum Vila Maria/ Vila Medeiros/ Vila Guilherme serão realizadas sempre na última sexta-feira de cada mês, das 14h às 16h, até o mês de novembro.

Mariana Moi (SME) pediu para se manifestar sobre o questionamento feito em relação aos CEUs. Esclareceu que os equipamentos são abertos para toda a população e não apenas crianças e jovens. Informou que eles ficam abertos de domingo a domingo. Convidou a todos para participarem das atividades e ajudarem a divulgar. Comentou que existem 58 CEUs na cidade e estão construindo mais 5 unidades e 3 Centros de Educação e Cultura Indígenas (CECIs). Esclareceu que não tem uma unidade do CEU no Centro da cidade porque o foco e a prioridade da política dos CEUs é construir unidades nas franjas da cidade, onde não se tem acesso a quase nada, no que tange à cultura, lazer e esportes.

Damaris Roberto (Fórum da Vila Maria – Categoria A) afirmou que da dor dos Conselheiros na Zona Norte saiu muita solução. Aproveitem isso, porque todos são Conselheiros da cidade e devem pensar as soluções para a cidade toda.

Ricardo Mucci (Trabalho 60+ – Categoria C) fez uma observação sobre Comunicação. Disse que para divulgar não precisa de regulamento. A parte burocrática é a que menos interessa para a população. Têm que agilizar esse processo. Recebem críticas de que o CMI é um elefante com câimbra. Falou também sobre um o Livro/Cartilha do Distrito Federal e sugeriu que o CMI/SP deliberasse para produzir a sua própria versão.

Nadir Amaral pontuou que a base tem muito trabalho. Trouxe o assunto sobre a Secretaria do Clima (SECLIMA), e tantas outras coisas que estão sendo feitas, e que o CMI pode colaborar. Tem os Fóruns. É importante trazer essas informações para a discussão.

Carlos Eduardo Vasconcellos (SMVMA) contou sobre uma experiência iniciada há 2 (dois)

anos com os colegiados ligados à Secretaria do Verde, fazendo reuniões que não eram apenas deliberativas. Passaram a trazer especialistas sobre o Verde e Meio Ambiente para as suas reuniões. Sempre tem um especialista para falar sobre os temas pertinentes à SMVMA. Isso educa e fortalece todos os participantes dos Conselhos. Sugeriu que tragam o tempo todo alguns geriatras, gerontólogos e outros especialistas para reuniões híbridas, para que eles compartilhem esse conhecimento com todos os Conselheiros.

Dona Socorrinho (Nosso Sonho – Categoria B) disse que é importante, mas a periferia não existe, é esquecida. Repetiu que em Itaquera ninguém os enxerga, seu filho está doente, e está sozinha atendendo 4 mil pessoas. Já foi na Subprefeitura, na Assistência, mas na sua região só vai o “Viva Leite”. Ninguém tem o olhar. Agradeceu a todos.

Nadir Amaral comunicou que no dia 26 de abril, o CMI conseguiu agendar reunião com 5 (cinco) delegados das 7 Delegacias do Idoso na cidade. Informou que será realizada uma mesa redonda para tratar de assuntos relacionados à violência contra a pessoa idosa nas regiões. Devem se reunir e discutir para que servem essas delegacias. A reunião será híbrida, das 10h às 12h. Afirmou que tem muita coisa para fazer.

Diógenes Martins (SINDNAPI – Categoria C) fez algumas considerações sobre a importância do Regimento Interno, que no fundo direciona os Conselheiros para executar tarefas que implicam em programas e projetos de políticas públicas. A política é um ato permanente do dia a dia do Conselheiro e a articulação política que devem fazer é justamente essas amarras de entendimento de saem também de uma escuta, da educação. Falou em trazer parte da representação da Saúde para um encontro com o CMI, assim como foi apresentada a questão dos CEUs para o colegiado. Deu o exemplo da Lei 15.968, relacionada a um programa de promoção e proteção à Saúde, que envolve 5 (cinco) Secretarias e está parado há mais de 6 (seis) anos. Se todos se articularem para que esse programa comece a ser implementado na prática, terão atividades físicas para todos os idosos, e se envolverem os CEUs, esse programa terá um alcance em todas as regiões da cidade de São Paulo.

Cida Costa (Fórum Centro – Categoria A) lembrou da importância de os idosos fazerem o diagnóstico da AMPI.

Diógenes Martins (SINDNAPI – Categoria C) terminou a sua fala comentando que iria numa UBS, na Capela do Socorro, junto com o Conselheiro **Brito**, para checar de perto a rede de Atenção à Saúde da Pessoa Idosa (RASPI). Disse que farão um *checklist* para poderem avaliar essa questão, posteriormente, em suas regiões, e que poderiam fazer, mais para a frente, reuniões com profissionais da área da Saúde.

Marisa Accioly (EACH/USP – Categoria B) parabenizou a todos pelos trabalhos. Avisou que no próximo domingo (24/4) iria acontecer a Parada da Longevidade, na Avenida Paulista. Convidou a todos a participarem e pediu que ajudem a divulgá-lo. Lembrou que no dia 9 de abril será realizado um evento pelo Dia da Prevenção da Queda. Por fim, comentou sobre um evento da EACH/USP, programado para os dias 21 e 22 de março, em

comemoração ao Dia do Gerontólogo, que é celebrado no dia 24 de março. Contou a todos que no dia 25 de março, no 8º andar da Câmara Municipal de São Paulo, a partir das 9h, também será realizado um evento em comemoração à esta data.

Norma Neres (Fórum Pirituba/Jaraguá/Perus – Categoria A) disse que gostaria de dar um recado. Pegando a fala da **Damaris**, enfatizou a questão da expansão dos Fóruns na Zona Norte. Todos estão cientes de que o Fórum é um espaço que acolhe sociedade civil da região. Quis endossar que os Fóruns têm que ter uma expansão. Não é mais cabível que certas regiões não conheçam o que é Conselho e o que é um Fórum da pessoa idosa. Por isso, comunicou a todos que tomou a iniciativa de começar um Fórum em sua região. As reuniões serão online, por enquanto, mas já está articulando um espaço para que os encontros sejam presenciais também. Disse que conta com a colaboração de todos.

Cida Costa (Fórum Centro – Categoria A) comunicou que participou de um curso que era financiado pelo FMID, mas em nenhum momento isso foi comunicado. Questionou ao **Renato Cintra** sobre isso.

Renato Cintra (SMDHC) pontuou que essa é uma “briga” que a Secretaria tem com as OSCs, gera uma grande discussão.

Apresentadas todas as considerações, **Nadir Amaral** encerrou a reunião.

Participaram da reunião os seguintes Conselheiros (as):

LISTA DE PRESENÇA		
CHAPA	NOME	F
Fórum da Pessoa Idosa V. Maria, V. Guilherme, V. Medeiros	Damaris Germana Roberto	P
	Jose Reis Netto	A
Fórum da Cidadania da Pessoa Idosa da Cidade de São Paulo -	Ruth Altamirano Lavadenz	P
	Norma Oliveira Neres	PO
Fórum da Pessoa Idosa de Itaquera	Margarete Campos Siqueira	P
	Maria Inês Santana Ferreira da Silva	P
Fórum Cidadão Idoso São Mateus	Sufia Gonçalves Duarte	P
	Luiz Antonio Rodrigues dos Santos	A
Fórum da Pessoa Idosa Capela do Socorro, Parelheiros	Antonio Brito Cardoso	A
	Sueli dos Santos	PO
Fórum da Pessoa Idosa de M'Boi Mirim	Dione Silva de Moraes	A
	Cicera Alves da Silva	P
Fórum da Pessoa Idosa de Pinheiros	Ariovaldo Guello	P
	Maria Aparecida Caprino	A
Fórum Butantã	Thereza Monteiro Marchesini	P
	Alaide Pedro de Carvalho	A
Fórum Liberdade	Nadir Francisco do Amaral	P
	Idalina Castelo dos Reis Gasparini	P
Fórum Região Centro	Niltes Aparecida Lopes de Souza	P
	Maria Aparecida Costa	P
CHAPA	NOME	F
Me Too Brasil	Maria do Carmo Guido Di Lascio	J
	Elisabeth Meloni Vieira	A
Associação Nosso Sonho	Maria do Socorro Alves	P
Geronto EACH-USP	Marisa Accioly	PO
	Maria Luisa Trindade Bastetti	A
CHAPA	NOME	F
Sindicato Nacional dos Aposentados	Diogenes Sandim Martins	P
	Sonia Maria Pereira	A
Trabalho 60+	Norma Rangel	P
	Ricardo Mucci	P

F - FREQUÊNCIA
P - Presente
L - Licença
A - Ausente
J - Justificada

Estiveram presentes os Representantes de Governo dispostos a seguir:

LISTA DE PRESENÇA				
SECRETARIA MUNICIPAL	TITULAR	F	SUPLENTE	F
Saúde (SMS)	Rosa Maria Bruno Marcucci	P		
Assistência e Des. Social (SMADS)	Rita de Cássia M L Siqueira	PO	Refferson Lima Silva	J
Habitação (SEHAB)	Patricia Spedaletti de Deus	A	Paloma Araujo de Souza	A
Mobilidade e Transporte (SMT)	João Lindolfo Filho	P	Sueli Vinhas Fortuna	A
Des. Econômico e Trabalho (SMDETT)	Irlas Maria Bezerra	PO	Josefa Jasielma Loyola Menezes	A
Verde e Meio Ambiente (SVMA)	Carlos Eduardo G. Vasconcellos	P	Tamires Carla de Oliveira	A
Educação (SME)	Mariana Moi Bonfim Jongbloets	P	Mariana Cristina Lima Reis	A
Esportes, Lazer e Recreação (SEME)	Dinêia Mendes A Cardoso	J	Maria Luiza da Silva	J
Cultura (SMC)	Claudio Aguiar Almeida	P	Diogo Leite da Silva	A
Pessoa com Deficiência (SMPED)	Severina Eudoxia da Silva	A	Devanice Jovina de Abreu	A
Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC)	Renato Souza Cintra	P	Suzana de Rosa	J
Inovação e Tecnologia (SMIT)	Mauricio Baroni B. Bernadinetti	A	Nicolle Martins Firmino	A
Fazenda (SF)	Alexandre Magno A. Salgueiro	J	Laressa Carvalho Oliveira	PO
Subprefeituras (SMSUB)	Luciano Santos Araujo	A	Adriano Porto Garcia	PO
Segurança Urbana (SMSU)	Milton Della Costa	A	Rubens Aparecido da Silva	A

F - FREQUÊNCIA
P - Presente
A - Ausente
J - Justificada
PO - Presença On-line